

OPERADORES DE ARGUMENTAÇÃO E DIÁLOGO

João Wanderley Geraldi (Unicamp)

Eduardo R.J. Guimarães (Unicamp)

Rodolfo Ilari (Unicamp)

Introdução

O ponto de vista a partir do qual pretendemos abordar o diálogo, neste trabalho, está estreitamente vinculado à concepção geral da linguagem como atividade de interação humana, privilegiando, por conseguinte, a interlocução como constitutiva do fenômeno linguístico e os atos de fala como unidades mínimas dessa interação.

Confessado o quadro geral dentro do qual se situará este texto, a hipótese que pretendemos defender é a de que o diálogo se constitui como uma única unidade, ininterrupta do ponto de vista coesivo, limitada pela ausência de fala anterior e posterior, embora seu processo de construção se caracterize pela presença de mais de um locutor. Mais especificamente, a reflexão aqui realizada transfere para a análise do diálogo observações feitas sobre o papel dos operadores de argumentação, utilizando dos conceitos de tema e comentário¹, de orientação argumentativa² e de estratégias de relação³.

I

De Saussure até as orientações chomskianas é sabido que a linguística moderna, em sua prática efetiva de análise, tem abordado unidades cuja complexidade sintática não vai geralmente além da frase complexa. Unidades maiores - por exemplo o parágrafo e o texto - têm sido por assim dizer abandonadas a outras disciplinas: sociologia, tratamento frequencial de unidade e, em certos casos, teoria literária.

As tentativas que nos parecem mais importantes no sentido de superar esse estado de coisas, provavelmente porque foram objeto de uma assimilação mais longa e crítica no ambiente universitário brasileiro, são sobretudo duas: 1) a chamada "teoria da coesão", de que se pode tomar como exemplo Cohesion in Spoken and Written English, de Halliday-Hasan, e 2) a chamada "análise do discurso", representada por Pêcheux, Analyse Automatique du Discours e trabalhos subsequentes.

A primeira orientação encara os discursos como unidades não definíveis sintaticamente (nesse sentido se distinguem de unidades cujas características formais

podem ser cabalmente previstas, como a oração, a palavra, a sílaba, etc.) mas perfeitamente caracterizadas pelo papel de relevo que nelas assume o fenômeno da coesão: um aglomerado casual de frases distingue-se, segundo esse enfoque, de um texto, na medida em que as frases deste último dependem umas das outras para se interpretarem; as frases de um texto são reconhecíveis como tais porquanto comportam lacunas de interpretação; e essas lacunas assumem formas variadas: o uso de expressões referenciais anafóricas, elipse, substituição, coesão lexical, etc.

Na perspectiva da "Analyse Automatique", todo discurso emana de um indivíduo histórica e politicamente caracterizado. Todo discurso resulta de condições de produção historicamente definidas; os locutores falam de posições historicamente dadas, elaboradas psicologicamente como representações imaginárias; essas representações se traduzem - não necessariamente de maneira bi-unívoca - em características de superfície discursiva. Neste enfoque, não só é legítimo encarar como instâncias de um mesmo discurso produções de locutores diferentes que emanam das mesmas "condições de produção", mas a própria possibilidade de encarar uma construção verbal como um discurso depende de que as diferentes partes dessa construção verbal se organizem como expressão de um mesmo conjunto de condições de produção.

Seria longo e fastidioso insistir nas diferenças entre essas duas teorias: essas diferenças são óbvias decorrência do fato de que a teoria da coesão, em contraste aliás com outros trabalhos de Halliday, utiliza um conceito idealizado, "neutro" de locutor, e se propõe nesse sentido como uma teoria tipicamente lingüística e politicamente não-engajada; a segunda resulta de uma posição política engajada e vislumbra na análise automática uma possibilidade prática e não apenas intelectualmente interessante de simular o processo de interpretação e avaliação política de discursos. Ao invés de aprofundar essas diferenças, gostaríamos de insistir aqui numa característica à ambas: o fato de que o diálogo "normal" é no mínimo coeso; mas o diálogo é mais do que um texto coeso qualquer; por outro lado, a se aceitarem as conseqüências do enfoque da "Analyse Automatique", defrontamo-nos com uma situação peculiar: nos capítulos iniciais, mais teóricos, afirma-se que as condições de produção intervêm no discurso na forma de representações mentais: do locutor a respeito de si mesmo, do locutor a respeito de seu interlocutor, do locutor a respeito do referente; essas representações mentais não podem obviamente coincidir quando os locutores são diferentes, e evoluem à medida que o discurso prossegue mas isto nos coloca numa situação bastante incômoda: haveria tantas condições de produção quantos são os locutores, e quantos são os momentos em que se articule um discurso - no fundo tantas condições quantas são as frases. Esta conclusão é obviamente absurda, primeiro porque torna impossível qualquer tentativa de categorizar sobre textos - o mínimo que possamos exigir de uma teoria; em segundo lugar porque nos faz retornar ao ponto que a investigação lingüística tentou tão arduamente superar: o de uma análise de orações. Na verdade, Pêcheux não chega a essa conseqüência absurda: seu algoritmo visa explicitamente a estabelecer equivalências entre seqüências discursivas amplas, produzidas por hipótese por locuto

res diferentes: aqui "condições de produção" volta a ser uma expressão vaga para captar condições genéricas; em síntese, diálogos cujas réplicas manifestam "cumplicidade" resultam de condições de produção idênticas, e são por isso encarados como constituindo discursos unos; diálogos que tenham uma tônica de debate resultam de condições de produção diferentes e irredutíveis, e devem por isso ser encarados, no máximo, como a justaposição de discursos diferentes.

II

Na medida em que se possa tomar como uma reflexão teórica importante nossa leitura de Pêcheux e Halliday-Hasan, parece que a dificuldade de caracterizar teoricamente o diálogo permanece. Estamos diante de uma insuficiência das teorias ou os próprios objetos analisados são tais que as diferenças são pouco importantes, pouco significativas? Voltemo-nos sobre os fatos e façamos, sobre eles, algumas reflexões.

Para observação, consideraremos as seguintes seqüências:

seqüência 1a

'Lula cuspiu pra cima e ficou embaixo. Tã sendo obrigado a desdizer tudo que afirmava. Apareceu como o grande crítico dos partidos tradicionais, dos intelectuais, do movimento estudantil, defendendo um obreirismo acirrado. Hoje é o grande campeão da intervenção dos partidos políticos nos sindicatos, via o PT. Entrevi nas eleições dos metalúrgicos de Mogi das Cruzes, em Osasco, Rio de Janeiro, Piracicaba, Guarulhos, nas eleições dos jornalistas... E perdeu em todas elas. Assim como vai perder nas eleições dos têxteis e dos metalúrgicos de São Paulo. Enfim, graças ao PT, um rosário de derrotas. A prática de atrelar sindicatos e partido afasta os trabalhadores do sindicato.

Seqüência 2a

'No fundo, as empresas nacionais são também multinacionais, e estão todas no mesmo nível. Onde existe um tratamento pior é na Volks, um campo de concentração. Os dois nazistas que foram presos em Brasília eram altos funcionários da Volks. Os quiosques lá dentro - é quase uma cidade, né - não vendem cerveja bebida nenhuma, pro peão. Pro pessoal mais executivo já vendem. Na linha de montagem o trabalhador pode ficar morrendo de vontade de mijar que não pode sair dali. Quando o operário é demitido, não pode ir embora, tem que tomar um chá de banco de três horas, esperando que a empresa o atenda. A repressão interna é violenta, inclusive com salas de interrogatório. Negam isto até hoje, mas já houve companheiros que foram presos na Volks e que passaram por interrogatórios. Na última greve, a Volks transformou uma de suas salas em quartel, pra hospedar a Cavalaria.

Tem também as empresas médias nacionais. Nestes, o trabalhador sofre muito mais do que nas grandes empresas. O empresário médio ainda tem um pensamento feudal em relação ao trabalhador. É na base da chibata, como com escravos. Há muitos casos de agressões físicas. A Volks ainda tem certas ilusões, como o transporte, o médico, o restaurante, apesar das baratas.

Seqüência 3a

'Quando conheci minha origem, e vi que saí do sertão e cheguei aqui, percebi que cada nordestino tem condição de desenvolver seu alto potencial criativo, e que ficar se detendo numa dependência governamental é algo muito estático e parado. Pelo exemplo da minha estrada, as pessoas têm condições de se desenvolver, independentemente de qualquer coisa. Basta encarar o potencial que têm dentro de si. O papel do artista então não é o de resolver os problemas do povo, e sim o de procurar atingir a cabeça das pessoas. Cobram-se muito posições políticas dos artistas, mas nunca vi alguém perguntar aos políticos qual o seu grupo musical preferido. Acho que nem têm tempo de gostar de música. Hoje em dia, quem arrasta multidões são os artistas. É muito difícil juntar 30 ou 40 mil pessoas num lugar só pra ouvir discursos demagógicos. Em alguns casos é possível, como o Lula fez em São Paulo. Mas esse lado político do artista está em pleno desenvolvimento. Agora não se espera apenas que o artista tenha posições políticas, mas que atue politicamente.

As três seqüências acima podem, cada uma delas em particular, ter sido proferidas por um único locutor. Em seu interior, nada parece autorizar que se rompa sua unidade, considerando os fragmentos como discursos sucessivos. Entretanto, estas seqüências são extraídas de entrevistas publicadas no Pasquim⁴, e na realidade há sempre mais de um locutor na constituição destes textos:

Seqüência 1b

"OSMAR - Lula cuspiu pra cima ... nas eleições dos jornalistas ...

FERNANDO - E perdeu em todas elas.

OSMAR - Assim como vai perder... afasta os trabalhadores do sindicato."

(PASQUIM, nº 630, p. 9)

Seqüência 2b

"OSMAR - No fundo,... um campo de concentração.

FERNANDO - Os dois nazistas... funcionários da Volks.

OSMAR - Os quiosques... e que passaram por interrogatórios.

FERNANDO - Na última greve... hospedar a Cavalaria.

OSMAR - Tem também... apesar das baratas."

(PASQUIM, nº 630, p. 11)

Seqüência 3b

"ZÉ RAMALHO - Quando conheci... ouvir discursos demagógicos.

REINALDO - Em alguns casos... como o Lula fez em São Paulo.

HAROLDO ZAGER - Mas esse lado... que atue politicamente.

(PASQUIM, nº 627, p. 12)

Embora sejam poucos os exemplos aqui transcritos, parecem suficientes para comprovar a hipótese de que o diálogo e o monólogo são estruturas muito mais próximas do que se tem pensado tradicionalmente. Dito de outra maneira, sob o ponto de vista de sua natureza, especialmente para quem assume uma concepção de linguagem como atividade de interação humana, parece não existir, efetivamente, qualquer distinção entre o monólogo e o diálogo. A natureza interlocutiva da linguagem parece anular tal distinção.

A importância que foi dada, tradicionalmente, à distinção poderia resultar de fatores práticos que poderíamos reunir sob a denominação de processos de construção. A diferença essencial entre estes dois diferentes processos de construção pode ser assim resumida: no diálogo, o interlocutor é constituído não apenas por sua presença factual, como o locutor de logo em seguida. No monólogo, a tendência é constituí-lo, mesmo que presente factualmente, como interlocutor não-locutor. E é o aspecto convencional do emprego da linguagem que faz com que um produto da interação lingüística se apresente ora como mais "dialogico", ora como mais "monológico". A posição dos sujeitos no processo de interação lingüística é que apontará para uma ou outra tendência do processo de construção do discurso (discurso, aqui, significando tanto um possível diálogo como um possível monólogo). Convencionalmente, tal posição é, muitas vezes, regulamentada rigidamente, como por exemplo em conferências seguidas de debates; em júris, onde a tomada da palavra obedece a um ritual fixo e todo o aparte é (ou deveria) ser solicitado; em mesas-redondas, onde a cada locutor cabe um tempo de uso da palavra previamente estabelecido, etc. chegando no "discurso escrito" ao máximo de rigidez na fixação do interlocutor como não-locutor, o que não significa em absoluto que ele não se faça presente na construção de tal discurso, via o jogo de imagens de que trata Pêcheux (1969), Osakabe (1979) e E. Orlandi (1978).

No entanto, o fato de haver, convencionalmente, certas "regras" não quer dizer que os sujeitos se comportem, em cada caso particular segundo tais "regras". Os sujeitos da interação lingüística, na situação, podem também provocar alterações em tais convenções.

III

O uso de diferentes processos de construção, no caso, aquele que leva ao diálogo ou aquele que leva ao monólogo não faz nenhuma restrição aos textos que se podem construir? Procuremos uma resposta dentro da orientação típica da Semântica Argu

mentativa. Seria simplista imaginar que se encontrariam processos típicos de argumentação apenas no diálogo e não no monólogo. Mas tentaremos mostrar que no diálogo e no monólogo a argumentação cria restrições, ao menos parcialmente, diferentes.

Consideraremos nesta parte a articulação de enunciações em que ocorrem certos operadores argumentativos. Desenvolveremos algumas observações sobre seqüências em que a articulação da enunciação de um locutor ã do outro se faz por mas, embora, logo (então) e jã que. Limitar-nos-emos ã consideração de seqüências com os elementos apontados acima, já que nossa intenção não ã esgotar o estudo dos operadores de argumentação no diálogo, mas a observação de seu funcionamento geral. Assim, supomos que as observações feitas sobre esses operadores escolhidos podem ser generalizadas para os demais, observando-se o que houver de peculiar em cada um.

Como o que nos interessa não ã a caracterização dos operadores argumentativos, mas a articulação atravẽs desse tipo de operador, de enunciações de locutores diferentes no diálogo, parece adequado indicar que outros elementos estão envolvidos quando dessas articulações.

Poderíamos dizer, a partir de considerações de Bally (1932), que o uso de uma seqüência articulada por elementos como mas, embora, logo, então, e jã que articula tema e comentário. O tema estaria na primeira parte da seqüência e o comentário na segunda. Assim, no uso de A logo B, por exemplo, A seria tomado como tema e logo B como comentário.

Dentro desta perspectiva, teríamos a seguinte estrutura argumentativa para seqüências com os operadores que procuramos observar

1.1. Seqüências com mas e embora

$$\begin{aligned}
 A, \text{ mas } B &= \left[\begin{array}{c} \uparrow \\ \left[\begin{array}{c} \sim r \\ \uparrow \\ A \end{array} \right] \\ \uparrow \end{array} \right] \text{ mas } \left[\begin{array}{c} \sim r \\ \uparrow \\ B \end{array} \right] \\
 A, \text{ embora } B &= \left[\begin{array}{c} \uparrow \\ \left[\begin{array}{c} \uparrow \\ A \end{array} \right] \\ \uparrow \end{array} \right] \text{ embora } \left[\begin{array}{c} \sim r \\ \uparrow \\ B \end{array} \right]
 \end{aligned}$$

Com o uso de A, mas B tem-se o seguinte: o locutor apresenta A como argumento para r e B para ~r de tal forma que B ã dado como argumento mais forte para ~r que A para r. Assim, mas B nega, argumentativamente, A. Outra coisa a se observar ã que o tema de enunciação do tipo A, mas B ã sempre A, já que não se encontra algo como Mas B, A.

Com A, embora B tem-se o seguinte: o locutor apresenta A como argumento para r e aduz um outro argumento que ã negado como argumento. Assim o locutor pode fazer um argumento tornar-se presente sem assumi-lo como válido. Note-se que neste caso tanto A, quanto B podem ser, no monólogo, tomados como tema, já que tanto pode haver enunciações do tipo A, embora B, quanto do tipo Embora B, A.⁶

1.2. Seqüência com logo (então) e jã que

A, logo B = $\begin{array}{c} B \\ \uparrow \\ \vdash \\ A \end{array}$

A, jã que B = $\begin{array}{c} A \\ \uparrow \\ \vdash \\ \text{jã que B} \end{array}$

Lembremos aqui que o locutor pode, num monólogo, usando A, logo B, tomar A como tema, enquanto que usando A, jã que B pode tomar A como tema e usando Jã que B, A, pode tomar como tema jã que B.⁷

Notar ainda que com mas e embora faz-se de alguma forma um movimento de inversão de argumentos. Isto não ocorre no uso de logo (então) e jã que.

1.3. Mas é interessante notar que o uso dos operadores que estudamos aqui não tem a mesma mobilidade no caso do diálogo.

Note-se que as seqüências de diálogo como (2) e (5) são inadequadas.

(1) L1 - Ele viaja muito.

L2 - Mas não gosta disso.

(2) (?) L1 - Embora viaje muito.

L2 - Não gosta disso.

(3) L1 - Não gosta de viajar.

L2 - Embora viaje muito.

(4) L1 - Ele viaja muito.

L2 - Logo (então) deve gostar disso.

(5) (?) L1 - Jã que viaja muito.

L2 - Deve gostar disso.

(6) L1 - Deve gostar de viajar.

L2 - Jã que viaja muito.

E note-se, ainda, que (7) e (8) são também seqüências inadequadas.

(7) (?) L1 - mas não gosta disso.

L2 - Ele viaja muito.

(8) (?) L1 - Logo deve gostar disso.

L2 - Ele viaja muito.

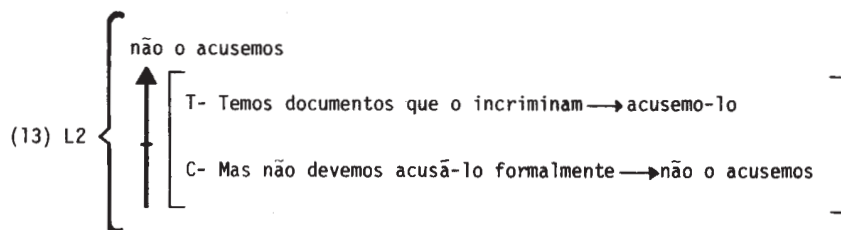
Assim, nota-se que na articulação de enunciações de locutores diferentes no diálogo não se encontram mas B, logo B, embora B nem jã que B na fala de um dos interlocutores antes de uma outra enunciação, embora possam ser usadas seqüências do tipo Embora B, A e Jã que B, A, quando o locutor é um sô.

2. Vejamos, agora, um conjunto de possíveis diálogos, com os operadores que pretendemos observar. Tomemos duas frases e articulemos uma passagem de diálogo com cada um

dos quatro operadores considerados.

- (9) L1 - (a) Temos documentos que o incriminam.
L2 - (b) Mas não devemos acusá-lo formalmente.
- (10) L1 - (b) Não devemos acusá-lo formalmente.
L2 - (a) Embora tenhamos documentos que o incriminem.
- (11) L1 - (a) Temos documentos que o incriminam.
L2 - (b) Então (logo) devemos acusá-lo formalmente.
- (12) L1 - (b) Não devemos acusá-lo formalmente.
L2 - (a) Já que não temos documentos que incriminam.

2.1. Em (9), a enunciação de L2 poderia ser assim interpretada.



Então, quando L2 diz (9b) ele atribui a enunciação de (9a) por L1, o valor argumentativo indicado em (13), uma vez que L2 toma como tema o que está indicado com T em (13). Então a estratégia de relação de L2, que se realiza pelo uso de (9b) em (9), é a de que entender o que ele disse é entender o que L1 disse tal como ele, L2, interpretou. Note-se, no entanto, que o que vale não é a intenção real de L1, mas a intenção reconhecida/atribuída por L2 a L1, em virtude do tema que estabelece para sua enunciação. Do ponto de vista prático do diálogo, pode até ser que L2 crie um problema para L1 ao atribuir-lhe o que atribui. Tanto que L1, para se eximir da responsabilidade da argumentação que lhe imputa L2 pode retrucar: Eu não estava pensando em acusá-lo. Com o que L1 se desobriga do sentido que L2 atribui a sua enunciação.

2.2. Em (10), a enunciação de L2 poderia ser assim interpretada, supondo-se que o diálogo se desse na seguinte situação: a acusação da pessoa iria trazer dificuldades para as pessoas envolvidas no diálogo.



Na situação sugerida, o uso de (10a), por L2, atribui a L1 o uso argumentativo de (10b), em virtude do tema que L2 estabelece para (10a) em (10), e engaja o próprio L2 nesse uso, já que o argumento que L2 apresenta como novo (o comentário (10a)) é um argumento negado como argumento válido no próprio ato de apresentação. Então a estratégia de relação de L2, que se realiza pelo uso de (10a) em (10), é a de que entendam o que disse em (10a) entendendo (10b) tal como ele quis entender. Ou seja, lendo na enunciação de L1 a intenção de argumentar a favor de não nos responsabilizemos, de tal modo a considerar que sua intenção, de L2, é a mesma.

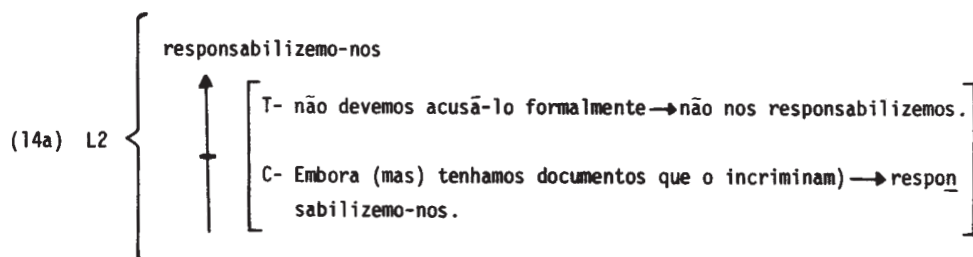
Mas, aqui, seria interessante considerar também um outro aspecto. Qual a relevância de introduzir um novo argumento que é negado na sua própria apresentação? É simplesmente para argumentar na direção de não nos responsabilizemos, comprometendo L1 na mesma argumentação? Pode ser que sim. Mas o uso de (10a) por L2 pode fazer com que sua fala seja, por exemplo, interpretada como tendo a intenção dupla de engajar L1 na direção já referida acima, além de atribuir-lhe uma outra intenção, a de esconder a existência de documentos decisivos na situação. Este implícito pode facilmente ser entendido desde que haja mais alguém, diferente de L1 e L2, envolvido no diálogo e que L2 supusesse ou soubesse que não conheciam tais documentos. Notar que se poderia ter

(15) L1 - Não devemos acusá-lo formalmente.

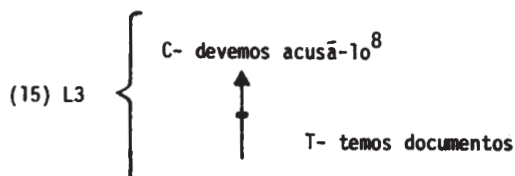
L2 - Embora tenhamos documentos que o incriminem.

L3 - Mas se há documentos que o incriminam por que não acusá-lo?

Assim, (10a) significaria, em (10), o seguinte (o que abriu a possibilidade de da enunciação de L3):

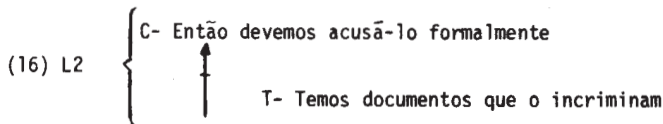


Assim a enunciação de L3, também por questões de relevância, seria interpretada como dizendo.



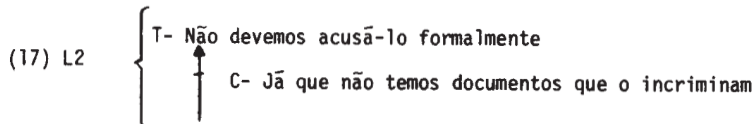
O que é interessante notar é que a estratégia de L2 neste caso, é tal que ele inverte a direção que ele vê na enunciação de L1, sem se reponsabilizar diretamente.

2.3. Em (11), a enunciação de L2 poderia ser assim interpretada



Assim se poderia dizer que a enunciação de L2 atribui a L1 o uso argumentativo de (11a), já que toma (11a) como tema e argumento para (11b). Ao fazer isso, L2 atribui a L1 a mesma intenção que ele, L2, tem, ou seja, argumentar a favor de de vemos acusá-lo formalmente a partir de temos documentos que o incriminam. A estratégia de L2, realizada pelo uso de (11b) em (11), é, então, esta. Ou seja, L2 diz que entender o que ele diz é considerar o que L1 disse como argumento a favor de então devemos acusá-lo formalmente. Desta forma, L2 atribui um sentido, uma intenção ao que L1 disse e diz-se colocar na mesma posição argumentativa de L1.

2.4. Em (12), o sentido do que diz L2 poderia ser



Aqui a estratégia de relação de L2 poderia ser vista da seguinte maneira: L2, em virtude de tomar (12b) como conclusão de uma argumentação, atribui a L1, ao mesmo tempo em que assume isto, que (12b) é uma conclusão do que diz em (12c). Neste caso, L2, ao dar estatuto de conclusão a (12b), que ele, L2, toma como tema de sua fala, tenta comprometer L1 com o argumento que apresenta. Isto é feito na medida em que L2 atribui ao que L1 diz o estatuto de conclusão do que ele próprio (L2) diz. E, de tal forma isso se dá que se L1 não quiser se comprometer com a verdade de (12c), ou com a argumentação de L2, deve retrucar ou

(12c') Mas há documentos que o incriminam.

para a primeira eventualidade, ou

(12c'') Não é por isso que não devemos acusá-lo. É porque...

para a segunda eventualidade.

2.5. Observemos agora um outro aspecto na troca de turno de fala dos interlocutores .
Note-se a adequação de (18) e a inadequação de (19).

- (18) L1- Dispomos de documentos que o incriminam
L2- Então devemos acusá-lo formalmente
L3- Mas nós não temos esses documentos

(19) (?) L - Dispomos de documentos que o incriminam. Então devemos acusá-lo formalmente. Mas nós não temos esses documentos.

O que se nota é que (18) caminha para duas direções argumentativas diferentes. Uma com a enunciação de L1 e L2 e outra com a enunciação de L1 e L3. (19) teria também esta dupla direção, mas esta seqüência não parece adequada. O que mostra que o processo de constituição do diálogo admite esta contradição argumentativa, enquanto que o monólogo não permite. Ou ainda, a enunciação de um único locutor não permite essa duplicidade argumentativa.

Aliás, se observamos a seqüência 3a e a seqüência 3b, poderemos verificar que na seqüência 3a a orientação argumentativa global do texto é no sentido da não necessidade de cobrança de engajamento político do artista, ou uma outra, mas só uma; enquanto que na seqüência 3b podem ser atribuídas orientações argumentativas distintas: o locutor Zé Ramalho argumenta no sentido da defesa do não; engajamento político, enquanto o locutor Haroldo Zager se coloca em posição contrária, havendo, pois, na leitura monológica, uma única orientação argumentativa, e na leitura do texto como diálogo há a possibilidade de orientações argumentativas opostas, uma para cada locutor.

Conclusão

Um dos objetivos propostos no início desta comunicação foi o de apontar um contexto teórico em que algum aspecto ao menos do conhecimento intuitivo que mobilizamos ao qualificar um texto como monólogo ou diálogo pudesse ser adequadamente apontado.

Uma primeira conclusão que se pode tirar do que acaba de se dizer é que um diálogo é, como um monólogo, um texto. Isso porque, tal como no monólogo, as enunciações se articulam por operadores como os que consideramos aqui. Quanto à caracterização do funcionamento do diálogo, parece podermos dizer que, nele, as ações dos interlocutores, ao usarem operadores como os aqui observados, fazem com que a enunciação de um locutor seja parte da enunciação de outro. Isso em dois sentidos. Primeiro: o segundo locutor toma a enunciação do primeiro para produzir a sua enunciação. Segundo: a enunciação do segundo locutor atribui sentido à enunciação do primeiro. Se pensarmos uma sucessão de seqüências diremos, então, que o sentido do diálogo é móvel, é construído pela ação dos interlocutores. Ação que se caracteriza por assumir a enun

ciação do outro atribuindo-lhe um sentido seu. Então o sentido do diálogo não é o sentido do que este ou aquele diz; é, ao contrário, o sentido constituído pelo confronto das ações dos interlocutores. E isto, de alguma forma, já configura uma especificidade para o diálogo.

Seria interessante ressaltar agora que a atitude de um locutor não termina de todo o que diz o outro locutor. Lembremos, por exemplo, que quando um locutor atribui sentido à enunciação do outro, este pode retrucar de forma a não aceitar tal atribuição. Por outro lado, a enunciação de um locutor não especifica uma direção única para a continuidade do diálogo, tanto que, por exemplo, a partir de

(11a) L1- Temos documentos que o incriminam

L2 pode dizer (9b) ou (11b). Se por um lado diz

(9b) Mas não devemos acusá-lo formalmente

atribui uma orientação argumentativa ao que L1 falou, mas a ela se opõe. E de tal modo que é como se L1 estivesse comprometido com o que ele (L2) não está.

Se por outro lado, diz

(11b) Então devemos acusá-lo formalmente.

L2 atribui orientação argumentativa ao que L1 disse, mas não se opõe a ela, assume-a, e de tal forma que faz como se L1 também a assumisse, tentando fechar-lhe a possibilidade de discordar.

Observe-se, também, que a

(12b) L1- Não devemos acusá-lo formalmente

L2 pode retrucar tanto com

(10a) L2- Embora tenhamos documentos que o incriminam

Caso em que assumiria a existência dos documentos, quanto com

(12c) L2- Já que não temos documentos que o incriminam

caso em que estaria, como vimos, atribuindo a L1 o ato de argumentação indicado em (17) e não se comprometeria com a afirmação da existência de documentos.

Desta maneira, podemos dizer que a direção do diálogo se define pelas estratégias de relação a cada turno. Assim, dar seqüência a um diálogo é um jogo de abrir e fechar possibilidades. E a unidade do diálogo será constituída exatamente por todo este jogo de aceitar, tentar abrir, transgredir, e fechar possibilidades.

Quanto à especificidade do diálogo, parece confirmar-se, pela análise apresentada, nossa hipótese de que os processos de construção são diversos no monólogo e no diálogo. Assim, como no monólogo o locutor é único e o destinatário está fixa

do nesta função, notam-se possibilidades de constituição diferente no diálogo, onde há troca de papéis entre os interlocutores. A constituição do monólogo não pode incluir, como vimos, contradições na orientação argumentativa, enquanto que no diálogo isto pode ocorrer. E de tal maneira que um mesmo discurso (o diálogo) pode ter direções argumentativas conflitantes, o que não parece possível no monólogo. Ou seja, o diálogo é um tipo de discurso em que as contradições argumentativas fazem parte do seu sentido.

Pode-se dizer que esse quadro coincide com nossas intuições?

Para responder, é indispensável que possamos dar às nossas intuições contornos mais precisos. Por exemplo: que qualificação aplicar a obras como os diálogos da tradição platônica, que emanam tipicamente de um único autor, mas defrontam personagens diferentes, que defendem diferentes pontos de vista? Como qualificar um texto de assessor apresentando pareceres alternativos, eventualmente conflitantes, com vistas a uma posterior decisão? E como qualificar obras em que um mesmo autor se expressa por diferentes heterônimos, como as Ficções do Interlúdio, de Fernando Pessoa?

Todos esses casos, aparentemente afastados de nossa proposta, servem na verdade para confirmá-la: a distinção de personagens e a ficção de heterônimos supõem a necessidade de "posições" distintas para que num mesmo texto se possam perseguir diretrizes argumentativas diferentes; quanto ao exemplo dos pareceres de assessor, confirma nosso enfoque de maneira ainda mais interessante, pois mostra que o preço a pagar para perseguir linhas argumentativas diferentes sem que dois ou mais indivíduos se constituam como locutores, é nada menos que a impossibilidade de assumir as próprias afirmações.

O exemplo do texto de assessor defronta-nos com uma situação em que, evitando-se o processo de construção como diálogo, o que se encontra não é um monólogo, mas um texto cuja orientação argumentativa não é passível de ser assumida por quem o veicula (e na verdade não é assumida por ninguém). Isto abre uma perspectiva para um campo de análises que poderíamos chamar de "análise dos atos de discurso possíveis", que imaginamos semelhante à análise das restrições sobre atos de fala possíveis, mas que até hoje não nos parece que tenha sido considerado.

NOTAS

- 1) Consideramos que tema de uma enunciação é aquilo que é tomado como conhecido pelos interlocutores, no momento da enunciação (Ilari, 1981) e usamos esta noção além dos limites da frase, tal como a fazem Bally (1932), Geraldí (1981) e Guimarães (1981). Na nossa notação, T = tema e C = Comentário.
- 2) A noção de argumentação que usamos aqui é a introduzida por Ducrot (1973). Sobre um estudo das conjunções ver Ducrot (1973), Anscomb & Ducrot (1977), Ducrot & Vogt (1981), Geraldí (1978), Guimarães (1980), (1981a), (1981b). Na nossa notação,

uma seta vertical ou o símbolo → se lê "argumento a favor de."

- 3) As estratégias de relação (Guimarães, 1981a, 1981b) se realizam através do uso de formas lingüísticas. Mais especificamente, através do cruzamento do uso de elementos lingüísticos diferentes, de tal modo que o locutor estabelece como o destinatário deve entender o que ele diz. O locutor procura estabelecer como um elemento lingüístico deve ser considerado no discurso, ou seja, como deve ser considerada a questão da sua relevância para o seu entendimento. Neste trabalho as estratégias de relação a serem observadas são as que cruzam orientação argumentativa e tema/cómentário.
- 4) Estas seqüências foram selecionadas de entrevistas do PASQUIM em função das características de que as entrevistas deste jornal se revestem: mais do que uma relação assimétrica entre entrevistador/entrevistado (embora também nelas tal relação se faça presente), as entrevistas do PASQUIM são conversas, na maioria das vezes polêmicas, entre entrevistado e entrevistadores. Sobre as relações assimétricas na entrevista, ver ROMUALDO, J.A. "Assimetria no diálogo: relação entrevistador/entrevistado". Comunicação apresentada no Encontro Internacional de Filosofia da Língua gem. Unicamp, 1981.
- 5) Note-se que as pesquisas sobre discurso têm demonstrado a necessidade de se analisar um discurso particular e específico em conexão com outros discursos prévios, que se constituem como condições de produção do discurso específico em análise. Neste sentido, mesmo o discurso tradicionalmente considerado monológico, interage com discursos anteriores, constituindo-se como uma produção lingüística que não pode ser compreendida fora do mundo de discurso onde foi produzida.
- 6) Ver a este respeito Guimarães (1981b).
- 7) idem.
- 8) A pergunta retórica "Por que não acusá-la" é interpretada como "devemos acusá-la".

BIBLIOGRAFIA

- ANSCOMBRE, J.C. & DUCROT, O. (1977). "Deux mais en français?" Língua 4: 23-40.
- BALLY, Ch. (1932). Linguistique générale et linguistique française. 4ª edição, (Berna: França, 1965).

- DUCROT, O. (1973). La preuve et le dire. (Paris: Mame)
- , & VOGT, C.A. (1979) "De magis à mais: une hypothèse sémantique" Revue de Linguistique Romane, 171-172: 317-341.
- GERALDI, J.W. (1978). Se a semântica fosse também pragmática...ou para uma análise semântica dos enunciados condicionais. (Diss. de mestrado - UNICAMP).
- , (1981). Tópico-comentário e orientação argumentativa". in. VÁRIOS. Sobre a estruturação do discurso. Campinas, UNICAMP, 63-90.
- GUIMARÃES, E.R.J. (1980). "Argumentação e pressuposição", Comunicação apresentada no V Encontro Nacional de Linguística, PUC-Rio de Janeiro. (A sair nas Atas do V Encontro Nacional de Linguística)
- , (1981a). "Algumas considerações sobre a conjunção embora". Série Estudos 7. (= Português: Estudos Linguísticos) 86-94.
- , (1981b). "Estratégias de relação e estruturação do texto". in: VÁRIOS: Sobre a estruturação do discurso. Campinas, UNICAMP, 91-113.
- HALLIDAY, M.A.K. e HASAN, R. (1976) Cohesion in spoken and written English. (Londres: Longman).
- ILARI, R. (1981). "A articulação tópico-comentário: um problema de semântica ou de representações mentais". In: Série Estudos, 7 (= Português: Estudos Linguísticos). Uberaba, FIUBE. 62-71.
- ORLANDI, E.L.P. (1978). "Protagonistas do/no discurso". Série Estudos, 4 (= Foco e preposição) Uberaba, FISTA. 30-41.
- OSAKABE, H. (1976). Argumentação e discurso Político. São Paulo, Kairós.
- PÊCHEUX, M. (1969). Analyse automatique du discours (Paris: Dunod).
- ROMUALDO, J.A. (1981). "Assimetria no diálogo: relação entrevistador/entrevistado"(nesse volume).
- VOGT, C.A. (1976). "Indicações para uma análise semântico-argumentativa das conjunções porque, pois e já que". Alpha, nº 22-23, 139-155. (republicado em VOGT 1980).
- , (1980). Linguagem, Pragmática e Ideologia. São Paulo, Hucitec, Funcamp.